

Executivo pode dispor de Cr\$ 4,6 trilhões de crédito

por Eduardo Hellanda
de Brasília

1991

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem projeto de lei que autoriza o Executivo a dispor de créditos suplementares ao orçamento deste ano no valor de Cr\$ 4.607 trilhões, para atender a despesas com o serviço da dívida mobiliária. O projeto só foi aprovado após os membros da comissão terem feito uma série de emendas, estabelecendo restrições e limites para o remanejamento dos recursos. As emendas foram discutidas com o secretário Nacional de Planejamento, Pedro Parente, que acabou tendo que aceitar as restrições.

Pelo projeto aprovado, o Executivo poderá remanejar até 10% das verbas de cada órgão, tanto nas dotações orçamentárias relativas a despesas com pessoal e encargos sociais quanto nas dotações orçamentárias do serviço da dívida. Em ambos os casos, o remanejamento não poderá ultrapassar o total de verbas previstas no orçamento para cada setor.

O Executivo também foi autorizado a incorporar até 20% dos recursos originários de cada órgão no que se refere a saldos de exercícios anteriores, recursos de convênios, excesso de recursos "diretamente arrecadados" e recursos provenientes de operações de crédito decorrentes de correção monetária, cambial e antecipação de cronograma de recebimento de recursos.

De acordo com o deputado Paulo Hartung, vice-líder do PSDB, as restrições votadas pela Comissão de Orçamento "garantem os

controles necessários para essa suplementação de verba". Hartung disse também que o projeto original do governo "na verdade tentava dar um cheque em branco para o governo. Seria possível o remanejamento de recursos à vontade, sem o menor controle por parte do Legislativo. Agora isto não vai acontecer".

Quanto ao orçamento de 1992, a situação da Comissão de Orçamento segue na dependência do relator-geral, Ricardo Fiúza (PFL/PE), apresentar seu relatório, para votação preliminar na Comissão, antes de ser encaminhado ao plenário do Congresso. Já dentro da convocação extraordinária anunciada ontem pelo presidente do Congresso, senador Mauro Benevides, o relatório de Fiúza está sendo elaborado com a colaboração de deputados de vários partidos, de modo a ser obtido um texto de consenso, capaz de ser aprovado sem maiores problemas no plenário.

O vice-presidente da Comissão, deputado Sérgio Gaudenzi, disse que a votação no plenário, caso o relatório seja encaminhado pela manhã à Comissão, poderá começar ainda na noite de hoje, ou, o mais provável, a partir de amanhã. De qualquer modo, a Comissão Mista de Orçamento voltará hoje a apreciar mais pedidos de verbas suplementares do governo. Um pedido, porém, de Cr\$ 348,7 bilhões, referente a 300 pedidos de verbas, de setores os mais diversos, não tem, segundo Gaudenzi "a menor possibilidade de vir a ser aprovado. Nisso há consenso de todos os partidos".